

DO ENFRAQUECIMENTO A QUEDA DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

Anderson Antônio da Silva¹
Flávio Alberto Oliva²
Oriowaldo Queda³
Maria Lúcia Ribeiro⁴

Resumo: Este artigo tem como objetivo trazer para o debate, alguns dos elementos que levaram o Ministério do Desenvolvimento Agrário, enfraquecer-se ao ponto de ser extinto pelo Presidente Interino e Ilegítimo Michel Temer do PMDB. O termo DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, tem, ou ao menos deveria ter relação, com um modelo de desenvolvimento pensado a partir da desconcentração da estrutura fundiária, via desapropriação de terras públicas por interesse social para fins de reforma agrária, ou seja, de terras que não estejam cumprindo sua função social, Art. 184 Constituição Federal, e/ou com problemas ambientais e com trabalho análogo ao escravo. Contudo, cabe destacar que no Brasil na última década, houve um aumento substancial do preço da terra, provocado pelo bom das Commodities, fato que encareceu o custo das desapropriações, aliada a um governo de coalisão e cujo a opção foi diante desta conjuntura fortalecer a luta na terra (qualidade da infraestrutura social e equipamentos dos assentamentos), por exemplo, o que também não aconteceu, e não pela terra (eis aqui a divergência entre a reforma agrária possível defendida pelo Prof. Bernardo Mançano Fernandes da UNESP Prudente e a reforma agrária clássica, defendida pelo Prof. Arioaldo Umbelino de Oliveira da USP). Em meio a este cenário, emerge na agenda do MDA/SDT, com uma intensidade até então não verificada antes, o conceito de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável (DTRS), e cujo escopo, não contemplava a questão fundiária. Ou seja, uma das principais políticas públicas do MDA, deixou de lado o problema agrário, em um momento de franco processo de desaparecimento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Apesar de ser uma política pública frágil, porém inédita, pois não temos notícia de nada igual antes, a política de (DTRS) ao tirar a questão fundiária do seu radar, fortaleceu a leitura de desenvolvimento do campo pautada pelo PARADIGMA DO CAPITALISMO AGRÁRIO, sobretudo, os da “7 Teses Sobre o Mundo Rural Brasileiro” de Buainain *et al.* (2013, p. 120), cujo argumento construído tenta mostrar que a terra não é mais um ativo econômico de valor determinante (tese que vai no sentido oposto do bom das commodities). Portanto, é preciso negar o seu papel no processo produtivo, bem como a necessidade de uma reforma agrária. Na defesa de que o MDA é um ministério imprescindível a agricultura camponesa de base assentada, bem como para os agricultores familiares proprietários, e que, portanto, deve ser reativado, provocamos neste artigo o debate sobre a relevância da reforma agrária, e do retorno imediato de todo o Staff do MDA, a partir de diretrizes que tenham a questão agrária, do campo no seu sentido amplo, das águas e das florestas como pano de fundo.

Palavras chave: Desenvolvimento Territorial, Reforma Agrária Possível, Reforma Agrária Clássica, Paradigma do Capitalismo Agrário.

¹ Doutorando em Desenvolvimento Territorial e Meio ambiente - UNIARA, Docente da FATEC de Presidente Prudente, Coordenador do NEDET - Pontal do Paranapanema (Encomenda CNPq/COSAE-MDA 2013 - Processo 408501/2013-8).

² Doutorando em Desenvolvimento Territorial e Meio ambiente - UNIARA, Docente da Fatec de Presidente Prudente.

³ Professor do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Territorial da UNIARA.

⁴ Professora do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Territorial da UNIARA.